



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.058, DE 2011

Altera a lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências".

Autor: Deputado AGUINALDO RIBEIRO

Relator: Deputado MAIA FILHO

I – RELATÓRIO

Pelo presente projeto de lei, é alterado a Lei nº 9.608/98, de forma a se incluir a defesa e a preservação do meio ambiente entre as atividades que se coadunam com o serviço voluntário. É também revogado o art. 5º daquele mesmo diploma legal.

O projeto foi distribuído, inicialmente, à CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde foi aprovado nos termos do parecer da Relatora, Deputada GORETE PEREIRA, já em 2015.

Em seguida, o projeto foi submetido ao crivo da CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde foi igualmente aprovado, nos termos do parecer do Relator, Deputado ROBERTO BALESTRA, já neste ano.

Agora, o projeto encontra-se nesta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.



É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa da proposição em epígrafe é válida, pois trata-se de alterar lei federal, o que, evidentemente, só pode ser feito por outra lei federal. A matéria é da competência privativa da União (CF, art. 22, I) e se insere nas atribuições normativas do Congresso Nacional (CF, art. 48, *caput*). Não há reserva de iniciativa a outro Poder.

Ultrapassada a questão da constitucionalidade formal, a análise detida do projeto em tela revela também inexistirem problemas relativos à constitucionalidade material e à juridicidade. Estão respeitados, ademais, os preceitos da LC nº 95/98.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 3.058/11.

É o voto.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado MAIA FILHO

Relator